

PROPOSTA SIMPLIFICADA PARA IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES NACIONAIS DE EXTENSÃO EM UM CURSO DE ENGENHARIA

Marcio Franck de Figueiredo – marciofranck@uepa.br
Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia
Departamento de Tecnologia de Recursos Naturais
Trav. Enéas Pinheiro, 2626 Bairro Marco.
66095-100 – Belém – PA

Madson Alan Rocha de Sousa – madsonalan@uepa.br
Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia
Departamento de Tecnologia de Recursos Naturais
Trav. Enéas Pinheiro, 2626 Bairro Marco.
66095-100 – Belém – PA

Iedo Souza Santos – iedo@uepa.br
Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia
Departamento de Tecnologia de Recursos Naturais
Trav. Enéas Pinheiro, 2626 Bairro Marco.
66095-100 – Belém - PA

Resumo: As novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Engenharia refletem a necessidade constante de adaptação que a Universidade e cursos devem ter para a construção de processos ensino-aprendizagem mais eficientes e formação de profissionais verdadeiramente imersos nas diversas realidades de sua área de atuação. Neste artigo, teórico-reflexivo, é proposto uma estratégia simplificada para a implantação de ações de extensão que atendam a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que determina uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação para extensão. Como resultados da reflexão, propõem-se a criação da Unidade Programática de Extensão (UPE) como disciplina para elaboração de projetos de extensão e a Unidade Curricular de Extensão (UCE), que representa a execução da atividade de extensão preconcebida na UPE, devidamente institucionalizada, e que pode ser materializada como um programa, projeto, curso, evento e outros, com a pertinência de sempre prever um produto ou serviço acadêmico. Pensar essas estratégias é importante pelo fato de que, os cursos de Engenharia possuirão, obrigatoriamente, uma carga horária mínima de extensão de 360 horas, para fazer jus a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dessa forma, buscando atender ao conjunto de instrumentos legais que regem a educação superior no Brasil, faz-se urgente que os Núcleos Docentes Estruturantes e os Colegiados de Curso discutam e aprovem os mecanismos necessários para a implementação das ações de extensão nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Palavras-chave: Unidade Programática de Extensão. Unidade Curricular de Extensão. Currículo. Projetos Integradores. Práticas Extensionistas

1 INTRODUÇÃO

As graduações em Engenharia, regidas pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia e o Parecer CNE/CES nº 948/2019, que altera a Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, assim como todos os demais cursos superiores, em decorrência da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 passarão, obrigatoriamente, a partir de dezembro de 2021, a incorporar em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), atividades de extensão equivalentes há um mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.

A obrigatoriedade para todos os alunos e cursos de graduação traz consigo, além dos benefícios para uma formação mais completa, a necessidade de se discutir estratégias integradoras para a inserção da extensão nos projetos, de forma que as ações de extensão possam ser trabalhadas conjuntamente ou como produtos do ensino e pesquisa e não mais como ações individualizadas de professores ou grupos de pesquisa.

Neste contexto, este artigo teórico-reflexivo traz para a discussão, uma proposta simplificada e integradora, produto da implantação da carga horária obrigatória em extensão, no projeto político pedagógico do curso de graduação em Engenharia Florestal da Universidade do Estado do Pará.

2 A INCLUSÃO DA EXTENSÃO COMO CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

A extensão universitária, segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, em seu Art. 3º, é definida como:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A mesma resolução, produto da discussão da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, definiu que as atividades de extensão deverão compor um mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, como parte integrante da matriz curricular dos cursos. (MEC, 2018)

As atividades de extensão para a formação curricular do egresso passam a ser somente aquelas intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, não sendo mais consideradas ações de extensão generalistas, que caracterizam-se agora como atividades complementares.

Respeitando a caracterização e particularidades dos projetos pedagógicos, as atividades extensionistas, independente se os cursos serão ofertados na modalidade presencial ou a distância, deverão se inserir como programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços, sendo que, para a modalidade a distância, obrigatoriamente deverão ser ações

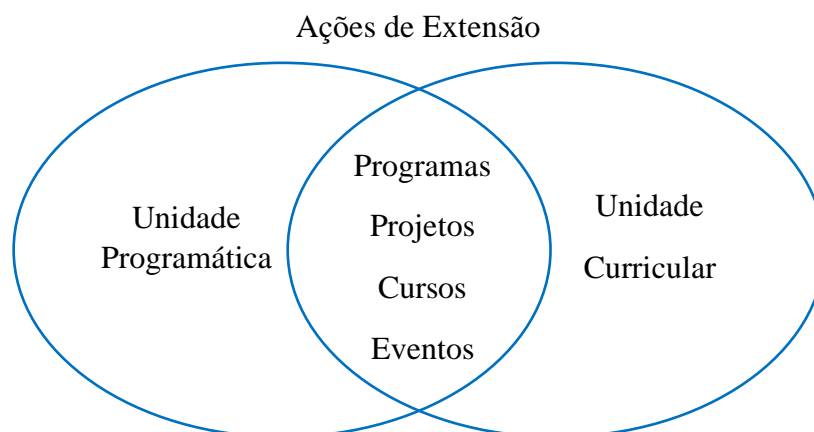


presenciais e realizadas preferencialmente em região compatível com o polo de apoio presencial. (MEC, 2018).

3 EXTRATÉGIA DE INSERÇÃO CURRICULAR

As atividades de extensão, reconhecidas para fins de creditação curricular, podem ser trabalhadas considerando tanto a orientação do Ministério da Educação em relação à inserção da carga horária de extensão nos projetos pedagógicos de curso, quanto às regulamentações internas que estabelecem as ações de extensão tradicionais nas Universidades, assim como a liberdade pedagógica decorrente da pluralidade dos currículos dos cursos. Para tanto, foram pensadas duas componentes curriculares de extensão, inseridas no projeto pedagógico de curso de Engenharia Florestal, denominadas de Unidade Programática de Extensão e Unidade Curricular de Extensão, que se comunicam entre si conforme a Figura 1

Figura 1 – Intersecção das ações de extensão no novo contexto universitário.



Fonte: Autores, 2020

A **unidade programática de extensão (UPE)**, componente curricular responsável pela articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa a serem desenvolvidas pelos discentes durante a graduação, fora implementada no projeto pedagógico na forma de disciplina, nominada de *Projetos integradores de Extensão*, a ser trabalhada na Engenharia Florestal no 3º semestre do ciclo básico e com carga horária de 30h. A disciplina tem por objetivo apresentar aos alunos os conceitos, histórico, legislação acerca da extensão, a importância da extensão universitária para a sociedade, os tipos de ações extensionistas, assim como a elaboração de um projeto integrador de extensão ao final da disciplina.

As atividades de extensão desenvolvidas na forma de **unidades curriculares de extensão (UCE)**, serão as práticas extensionistas, desenvolvidas como produtos obtidos a partir de projetos integradores de extensão e na forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, devidamente institucionalizados e registrados junto ao controle acadêmico para a integralização curricular após sua execução. O Quadro 1 apresenta as práticas extensionistas com suas características e carga horária.

Quadro 1 – Unidades curriculares de extensão e suas características

Práticas extensionistas	Característica
Programas	Ações de extensão com duração de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, que constituem um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, tais como cursos, eventos e prestação de serviços.
Projetos de Extensão	Constituem um conjunto de ações contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, podendo ser isolado ou vinculado a um programa, com duração de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e carga horária semanal de 4 horas.
Cursos de Extensão	Constituem uma ação de caráter teórico e/ou prático, com participação presencial, semipresencial ou a distância, planejados e organizados de forma sistemática e com duração mínima de 20 horas e máxima de 40 horas.
Mini-cursos	Diferenciam-se de cursos de extensão pela carga horária inferior, mínima de 8 horas e máxima de 19 horas.
Oficinas	Assim com os mini-cursos, diferenciam-se dos cursos de extensão pela carga horária inferior, mínima de 4 horas e máxima de 8 horas.
Eventos	Consistem ações de 8 a 20 horas, caracterizados pela apresentação, disseminação e/ou exibição pública, livre ou com público específico na forma de Congressos, Seminários, Ciclos de Debate, Exposição, Espetáculo, Evento Esportivo, Festival ou outros, presenciais ou não.
Prestação de serviços	Consistem na prestação de serviços específicos de extensão através de empresas juniores na forma de assessorias, consultorias, treinamentos, caracterização de materiais, perícias, entre outros. Para ações de prestação de serviços pontuais, 10 horas por ação e para prestação de serviços decorrentes de convênios ou parcerias, 4 horas semanais não excedendo 4 meses de ação a ser contabilizada.

Fonte: Autores, 2020

As ações na forma de Unidades Curriculares de Extensão, individualmente, não poderão exceder cinquenta por cento da carga horária total destinada às ações de extensão e deverão, desde a sua proposta, prever produtos acadêmicos nas mais variadas formas como livros, capítulos de livro, e-books, anais, manuais, cartilhas, jornais, boletins, revistas, artigos, relatórios técnicos, produtos audiovisuais, programas de rádio, programa de TV, aplicativos para software, jogos educativos, produtos artísticos entre outros, os quais servirão de elementos para a avaliação e acompanhamento, além de constituírem indicadores de produção acadêmica para os cursos.

Se considerarmos a carga- horária mínima de 3600 horas para os cursos de engenharia, determinada pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, os projetos pedagógicos, e consequentemente os alunos, teriam que ter um mínimo de 360 horas de atividades de extensão para a integralização curricular, carga horária considerável devido a pouca ou

nenhuma tradição extensionista da maioria dos cursos de engenharia, voltados para uma formação mais tradicional com foco no ensino e pesquisa.

Apesar da resolução definir dezembro de 2021 como data limite para que as Universidades definam regras para o atendimento da resolução, em pesquisa prévia, observou-se que a grande maioria das universidades públicas e privadas, apesar de possuírem resoluções específicas para as atividades de extensão, ainda não definiram as regras para que as mesmas sejam inseridas nos projetos pedagógicos dos cursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui apresentada, da criação e implantação de unidades de extensão denominadas de unidades programáticas de extensão e unidades curriculares de extensão, além de simplificada, tem como base e atende ao disposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e nos objetivos da Política Nacional de Extensão.

A implantação da carga horária no projeto pedagógico do Curso de Engenharia Florestal fora submetida e aprovada via Núcleo Docente Estruturante (NDE) para iniciar com as turmas ingressantes a partir de 2022, sendo discutidos até lá, a necessidade ou não da elaboração de planos de adequação para os discentes regularmente matriculados.

Considerando o tempo hábil para a implantação da extensão como parte curricular nos projetos pedagógicos de curso, definida para dezembro de 2021, a ideia de unidades de extensão (programáticas e curriculares) como as aqui apresentadas podem contribuir tanto para o atendimento à recomendação do MEC, nesse curto espaço de tempo, quanto para uma mudança no que tange a percepção das ações de extensão nos cursos de engenharia no Brasil.

A validação das atividades deverá ser realizada no semestre seguinte a execução, sendo a carga horária registrada junto ao sistema de controle acadêmico, de forma ao aluno saber quanto já realizou e quanto precisaria para a integralização curricular dos 10% obrigatórios.

Ao Núcleo Docente Estruturante, conforme suas atribuições regulamentadas na Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010, caberá estabelecer em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a auto avaliação e atualização relacionada ao perfil das atividades e carga horária correspondente, devendo ser homologado pelo respectivo Colegiado do Curso.

Agradecimentos

Ao Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem em Engenharia, do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará por estimular o pensar diferente, a aprendizagem, o ensino aplicado e uma maior integração universidade e sociedade e ao Núcleo de Acesso e Transferência de Tecnologias Sociais – NATTS/CCNT por estimular a discussão e importância da extensão para a formação do engenheiro moderno.

REFERÊNCIAS

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2012, Manaus, 68p. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020, 16:30:30.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007:** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018:** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências, Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE ABRIL DE 2019:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, Brasília, 2019.

Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Brasília, 2010a. Disponível em: [\[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192\]](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192). Acesso em: 15 jun. 2020.

Parecer N. 4 de 17 de junho de 2010 - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Brasília, 2010b. Disponível em: [\[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192\]](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 jun. 2020.



SIMPLIFIED PROPOSAL FOR IMPLEMENTING NATIONAL EXTENSION GUIDELINES IN AN ENGINEERING COURSE

Abstract: *The new national curricular guidelines for undergraduate engineering courses reflect the constant need for adaptation that the University and courses must have in order to build more efficient teaching-learning processes and train professionals truly immersed in the diverse realities of their area of expertise. In this theoretical-reflective article, a simplified strategy is proposed for the implementation of extension actions that meet Resolution No. 7, of December 18, 2018, which determines a minimum workload of 10% (ten percent) of the total curricular load of undergraduate courses for extension. As a result of the reflection, we propose the creation of the Programmatic Extension Unit (UPE) as a discipline for the elaboration of extension projects and the Extension Curricular Unit (UCE), which represents the execution of the preconceived extension activity in the UPE, duly institutionalized, and that can be materialized as a program, project, course, event and others, with the pertinence of always providing an academic product or service. Thinking about these strategies is important due to the fact that, the Engineering courses will have, necessarily, a minimum workload of extension of 360 hours, in order to be entitled to Resolution nº 2, of June 18, 2007. Thus, seeking to attend the group In view of the legal instruments that govern higher education in Brazil, it is urgent that the Structuring Teaching Groups and the Course Collegiates discuss and approve the mechanisms necessary for the implementation of the extension actions in the respective Pedagogical Course Projects (PPC).*

Keywords: *Programmatic Extension Unit. Extension Course Unit. Curriculum. Integrating Projects. Extensionist Practices*